



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA N.º. 8/2016

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM SEIS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----

-----Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Senhor Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----O Senhor Vereador Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira, não esteve presente na reunião por motivo de saúde, tendo a Câmara considerado justificada a sua falta.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho n.º. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 16 de março findo, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do art.º. 34.º da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, deu



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores..-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO DE 2015:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente Relatório de Avaliação referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, elaborado conforme o disposto no artigo 10º. da Lei número 24/98 - Estatuto do Direito de Oposição, de vinte e seis de maio.-----

-----A Câmara depois de apreciado deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório de Avaliação e remetê-lo, em cumprimento do artigo 10º., nº.2 do Estatuto do Direito da Oposição, ao Presidente da Assembleia Municipal e aos titulares do direito de oposição representados nos Órgãos Deliberativo e Executivo: Partido Socialista e CDS-Partido Popular a fim de sobre ele se pronunciarem.-----

4.-RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 64, referente ao dia 5 de abril corrente, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EXPEDIENTE:-----

5.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

5.1.1.-Constituição da Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a circular referência 17/2016, de 1 de março findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento que, considerando a existência de uma rede informal de 46 municípios – a Rede Portuguesa de Cidades Inteligentes I Rede RENER – que atua como palco de desenvolvimento e experimentação de soluções urbanas inovadores em contexto real, sob proposta do Conselho Diretivo, o Conselho Geral da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ANMP aprovou em 23 de fevereiro de 2016 a criação da secção de Municípios “Cidades Inteligentes”.-----

-----Esta secção integra “automaticamente” os municípios que pertencem à Rede RENER como os demais municípios que manifestem interesse em integrá-la.-----

-----Nos termos dos estatutos da ANMP, as secções agrupam municípios com especificidades afins e interesses comuns sendo voluntária a adesão de cada município às mesmas; tal adesão carece de manifestação de interesse e está sujeita à ratificação do Conselho Diretivo.-----

-----No caso da secção agora criada consideram-se “interesses comuns” o desenvolvimento de soluções urbanas inovadoras nas áreas chave de uma cidade inteligentes – mobilidade, energia, ambiente, edifícios, governação, qualidade de vida; soluções que visem a reinvenção dos espaços urbanos, tornando-os mais criativos, inovadores, sustentáveis, inclusivos e participados.-----

-----Face ao exposto solicita o interesse deste Município em integrar a Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade manifestar interesse em integrar a Secção de Municípios “Cidades Inteligentes”.-----

5.1.2.-Orçamento de Estado para 2016. Lei nº.7-A/2016, de 30 de março:-----

-----Foi presente a circular referência 27/2016, de 30 de março findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses através da qual remete em anexo uma identificação sintética (não exaustiva) das principais alterações introduzidas pela Lei nº. 7-A/2016, de 30 de março, que tem particular incidência na atividade dos municípios.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.1.3.-Acolhimento de refugiados:-----

-----Foi presente o correio eletrónico datado de 18/03/2016 da Associação Nacional de Municípios Portugueses através da qual sugere este Município contacte a PAR – Plataforma de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Apoio aos Refugiados no sentido de avaliar o interesse em se associar à mesma.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

6.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

6.1.- JUVENTUDE:-----

6.1.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura números 10 a 13/2016 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do número 1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

6.1.2.-Projeto da Escola, Agarra a Vida - Universidade Júnior:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação das técnicas do Projeto “Da Escola Agarra a Vida” em que informam que, após processo de pré-inscrição dos alunos no Programa Universidade Júnior, apresentaram ficha de pré- inscrição oitenta (80) alunos (19 do 8º. Ano, 31 do 9º., 24 do 10º. Ano e 6 do 11º. Ano) tendo sido excluídos quatro (4) alunos, anexando a respetiva lista de alunos a inscrever naquele Programa no mês de abril.-----

-----Foi também presente uma ficha de pré-inscrição de um aluno do 10º. que entrou fora do prazo estabelecido.-----

-----A Câmara, depois de apreciado, deliberou por unanimidade aprovar a lista dos alunos a inscrever no Programa Universidade Júnior e a ficha de pré-inscrição do aluno que entregou fora de prazo caso reúna as condições e exista vaga para o efeito.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

6.1.1.-Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira - Novos Órgãos Sociais:-----

-----Foi presente o ofício referência 1/2016, de 29 de fevereiro do corrente ano, do Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira através do qual dá conhecimento dos novos órgãos sociais para o triénio de 2016/2019, e que foram eleitos na Assembleia Geral daquela coletividade realizada a 28/02/2016.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

7.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

7.1.-HABITAÇÃO:-----

7.1.1.-Bairro de Habitação Social da Gandarada:-----

7.1.1.1.-Pedido de Realojamento:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício, datado de 24 de março findo, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mortágua, em que de acordo com os pressupostos enunciados no mesmo, quer fica arquivado no respetivo processo, e no cumprimento do acordo de promoção e proteção a favor da menor Chayanme Sousa Alagador propõe a atribuição de um fogo (tipologia T2) no Bairro de Habitação Social da Gandarada para realojamento do agregado familiar daquela menor, considerando que a situação daquele agregado familiar se enquadra no número 1 do artigo 14º. da Lei nº. 81/2014, de 19 de dezembro.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do fogo para realojamento do agregado familiar da menor acima referida, sendo o titular do respetivo contrato de arrendamento o seu pai, Sr. Maximiliano Sousa Alagador, face ao teor da informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município e por se verificarem os pressu



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

postos legais.-----

7.1.1.2.-Pagamento em Prestações de Renda em Atraso:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente informação da Técnica Superior do Gabinete de Ação Social através do qual informa que a Sr. Sónia Adelaide Ferreira Garcia, esposa do Senhor Paulo Jorge Martins e arrendatário do Bairro de Habitação Social da Gandarada, Lote 6, R/CH, Dtº. , Fração B compromete-se, conforme declaração sob compromisso de honra que anexa, a proceder ao pagamento em seis (6) prestações, de setenta euros e noventa e cinco centimos (70,95 €) cada, das rendas que tem perante o Município em atraso devido a dificuldades económicas e que totalizam o valor global de quatrocentos e vinte e cinco euros e setenta euros (425,70 €), e que pelo que coloca o assunto à consideração superior.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, nos termos do artigo 18º. do Regulamento de Liquidação e cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, conceder o pagamento da renda em seis (6) prestações, setenta euros e noventa e cinco centimos (70,95 €) cada, a partir do corrente mês de abril.-----

7.2.-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:-----

7.2.1.-EDP - Obras efetuadas e a efetuar no Concelho:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 40/16/DRCM, de 23 de março findo, da EDP Distribuição – Direção de Redes e Clientes do Mondego dando conhecimento das obras efetuadas no Concelho de Mortágua durante o ano de 2015, as obras em curso e as obras em projeto.-----

-----Mais informam que:-----

-----Foram executados mil cento e sessenta e quatro (1.164) metros de rede MT, cinco (5) PT's, quatro mil quinhentos e sessenta e oito (4.568) metros de Rede BT/IP, cento e noventa e cinco (195) chegadas e cinquenta e três (53) luminárias.-----

-----O montante aplicado no Concelho de Mortágua até ao final de 2015 foi novecentos e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

cinquenta e nove mil duzentos e trinta e cinco euros (959.235,00 €), correspondente ao investimento das Redes AT/MT/PT's/BT/IP – oitocentos e vinte e nove mil oitocentos e dezoito euros (829.818,00 €) e em manutenção das referidas redes cento e vinte e nove mil quatrocentos e dezassete euros (129.417,00 €).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

7.3.-URBANIZAÇÃO:-----

7.3.1.-Pavimentação/Arranjo Urbanísticos de Arruamentos Largos e Praças:-----

7.3.1.1.-Projeto de Requalificação Urbana do Largo 5 de Outubro:-----

-----O Senhor Presidente informou que no âmbito das suas competências próprias irá desenvolver o processo nos termos do Código da Contratação Pública para adjudicação da empreitada da obra “Requalificação Urbana do Largo 5 de outubro”, cujo projeto foi aprovado em Reunião de Câmara de 15/10/2014.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

7.3.1.2.-Aquisição de terreno para melhoria e alargamento do entroncamento da Av. Infante D. Henrique e Rua da Escola, em Vale de Açores:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o relatório, elaborado pelo Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, referente à avaliação de um imóvel localizado na Av. Infante D. Henrique, em Vale de Açores, União de Freguesias de Mortágua, Concelho de Mortágua, propriedade da Senhora Maria Celsa Duarte Vicente Jorge.-----

-----Trata-se de um terreno inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua sob o artigo urbano número 1223 onde existe uma antiga moradia de dois (2) pisos, em ruína, com uma área total de duzentos e onze (211) metros quadrados, sendo de: área coberta - cinquenta e cinco (55) metros quadrados; área de construção – cento e dez (110) metros quadrados; área descoberta - cento e cinquenta e seis (156) metros quadrados.-----

-----Localiza-se na área urbana do aglomerado de Vale de Açores, com boa inserção paisagís.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

tica e urbanística. -----

-----A área de terreno atual existente é de duzentos e onze (211) metros quadrados e não duzentos e sessenta e oito (268) metros quadrados, como consta da caderneta predial (artº.1223 da União de Freguesias de Mortágua). Tal área foi medida por levantamento topográfico. A diferença de áreas dever-se-á a alargamentos das vias confinantes que foram executadas.-----

-----De acordo com o Relatório de Avaliação o valor atual do prédio urbano é de seis mil e quinhentos euros (6.500,00 €).-----

-----Assim, considerando que a Regeneração Urbanística da Avenida Infante D. Henrique, em Vale de Açores integra a ARU (Área de Reabilitação Urbana) de Mortágua/Vale de Açores, e que encetados contatos com a proprietária do terreno este se disponibilizou-se a vender o mesmo, o Senhor Presidente propôs que se procedesse à sua aquisição pelo valor de seis mil e quinhentos euros (6.500,00 €), sendo o mesmo integrado na totalidade no domínio público do Município com a execução da obra de Regeneração Urbanística da referida via.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 070301 – Terrenos e Recursos Naturais, com um saldo de trezentos e doze mil quatrocentos e vinte e seis euros e cinquenta cêntimos (312.426,50 €) e nas Opções do Plano no Projeto 2014/12 - 3 “ Aquisição de terrenos”, com um saldo de oito mil quatrocentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos (8.462,50 €).--

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

8.- SANEAMENTO E SALUBRIDADE:-----

8.1.-CEMITÉRIOS E CASAS MORTUÁRIAS:-----

8.1.1.-Projeto de Ampliação do Cemitério de Mortágua:-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento que no âmbito das suas competências irá desen-



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

volver o processo nos termos Código da Contratação Pública para adjudicação da empreitada da obra de Ampliação do Cemitério de Municipal, cujo projeto foi aprovado na Reunião de Câmara de 7/10/2015.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

9.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

9.1.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

9.1.1.-Aprovação do Projeto da 1ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Projeto da 1ª. Fase de “Infraestruturas do Plano de Pormenor para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”, acompanhado de parecer emitido, em 14/03/2016 pelo Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos e que a seguir se transcreve:-----

-----“O projeto de execução da 1ª. Fase de “Infraestruturas da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira” elaborado pela Firma TECNOAPA, LDª. agora apresentado, reúne condições para ser aprovado. -----

-----Com efeito o projeto de execução, traduz as premissas constantes no caderno de encargos para a elaboração do respetivo projeto.-----

-----Assim, entendo que o projeto de execução reúne condições para ser aprovado.-----

-----Estimativa orçamental para a execução dos trabalhos previstos no projeto de execução: 871.666,66 €. Este valor refere-se à infraestruturação da área prevista na 1ª. Fase no Plano de Pormenor do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira aprovado.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a 1ª. Fase do Projeto de Execução Infraestruturas do Plano de Pormenor para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, nos concretos termos do parecer Técnico.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.1.2.-Abertura de Concurso Público para Execução da 1ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-

-----No seguimento do ponto anterior que aprovou o projeto de execução da 1ª. Fase de "Infraestruturas da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira" o Senhor Presidente informou que se torna necessário proceder à execução das referidas infraestruturas, a obra a executar situa-se na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça.-----

-----Para o efeito, propôs:-----

-----"A execução de uma empreitada nos termos definidos no Processo de Concurso composto pelo Programa de Procedimento e pelo Caderno de Encargos.-----

----A abertura do respetivo procedimento através, de um Concurso Público, efetuado de acordo com a alínea b), do artigo 19.º, cujo trâmite seguirá nos termos do artigo 130.º e seguintes, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, vulgo Código dos Contratos Públicos, como abaixo se designa, para o procedimento supra mencionado, com a publicação do respetivo anúncio no Diário da República.-----

-----CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO: A adjudicação será efetuada à proposta financeiramente mais vantajosa, atendendo ao disposto no Programa de Procedimento, do presente Processo de Concurso.-----

-----APROVAÇÃO DO PROCESSO DE CONCURSO: Junto se anexa o respetivo Processo de Concurso (Programa de Procedimento e Caderno de Encargos) nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 40.º, do Código dos Contratos Públicos, para aprovação.-----

-----JÚRI: De acordo com o número 1, do artigo 67.º, do Código dos Contratos Públicos, "*...os procedimentos para formação de Contrato são conduzidos por um Júri, designado pelo*



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

órgão competente para a decisão de contratar, composto, em número impar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes", cujo funcionamento e competências se encontram regulamentadas nos artigos 68.º e 69.º do mesmo Diploma Legal. Para efeitos do Concurso Público mencionado em epígrafe, propõe-se para Júri, os seguintes elementos: -----

-----Presidente: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador;-----

-----Vogais: Eng.º. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão; Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico;-----

-----Suplente: Dr.ª. Sandrine Bento Matos, Técnica Superior; Eng.º. Luis Filipe Martins Rodrigues, Técnico Superior.-----

-----Contudo, e atendendo ao disposto no número 2, do artigo 69.º, do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar, pode delegar no Júri competências pelo que, no âmbito do presente procedimento, se propõe que o mesmo possa proceder a toda a tramitação processual que venha a ser nesse âmbito necessária, nomeadamente proceder à resposta aos esclarecimentos, eventualmente apresentadas no decurso da apresentação das propostas, ou à competente prorrogação do prazo de apresentação das propostas que se venha a verificar, bem como a proceder à tramitação processual de eventuais impugnações administrativas que venham a ocorrer no decorrer do mesmo.-----

-----PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA: noventa (90) dias seguidos (incluindo sábados, domingos e feriados). -----

-----VALOR BASE DA EMPREITADA: O custo com a presente empreitada estima-se, de acordo com os trabalhos a executar, no valor global de oitocentos e setenta e um mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos (871.666,66€).-----

-----IMPUTAÇÃO ORÇAMENTAL: Caso autorizada, a despesa com o presente procedimento deverá onerar, em função da conjugação do prazo de execução da obra e do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

período necessário para a conclusão do presente procedimento, o orçamento do ano económico de 2016, na rubrica abaixo indicada. -----

-----O preço base do procedimento encontra-se previamente cabimentado, sob o número arrolado abaixo.-----

-----. O cabimento foi efetuado, na seguinte rubrica, nos termos que se expressam: Rubrica do Plano Plurianual de Investimento - 08 003 Expansão da Zona Industrial, 2014/24 Infraestruturas” e Rubrica Orçamental 07030301 - "Viadutos, arruamentos e obras complementares", sob o número 13740, de 6/04/2016.-----

-----. O cabimento acima mencionado totaliza o preço base do procedimento, devendo-se, aquando da celebração do contrato, proceder à correção dos valores do mesmo para o valor a adjudicar, bem como ao seu competente compromisso. -----

-----RESSALVAS: O presente Município reserva-se o direito de não realizar a adjudicação do presente concurso, a qualquer dos concorrentes, nos termos do artigo 79.º, do Código dos Contratos Públicos.” -----

-----A Câmara, por unanimidade, tendo por base a proposta do Senhor Presidente, deliberou:--

-----1) Mandar proceder à abertura do competente Concurso Público, para a adjudicação, por empreitada: “Execução da 1ª. Fase das Infraestruturas para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”, pelo que aprovou o respetivo Processo de Concurso (Programa de Procedimento e Caderno de Encargos), nos precisos termos definidos na proposta ;-----

-----2) Aprovar a constituição do júri do concurso supra referido nos termos indicados na proposta do Senhor Presidente.-----

9.1.3.-Pedido de manifestação de interesse para aquisição de lote terreno da empresa PROJAR, S.A.:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta de 09/03/2016, da empresa PROJAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A ., com sede na Av. Dr. José Assis e Santos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nº.40-1º. 3450 – 123 Mortágua, dando conhecimento que em virtude do plano de investimento que o Grupo PROJAR têm em vista para o Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira ao nível do aumento da capacidade de produção da LWC Metal e de novos projetos a implementar num futuro próximo, necessitamos de assegurar a aquisição de mais lotes de terrenos adjacentes aos que atualmente já pertencem ao Grupo.-----

-----Assim, face ao exposto vem manifestar o interesse na aquisição dos seguintes lotes no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

----- Lote 44 – dezassete mil cento e oitenta e quatro (17.184) metros quadrados;-----

----- Lote 51 – seis mil novecentos e sessenta e três (6.963) metros quadrados;-----

----- Lote 52 – dez mil oitocentos e oitenta e dois (10.882) metros quadrados;-----

----- Lote 53 – oito mil quinhentos e oito (8.508) metros quadrados;-----

----- Lote 54 – oito mil trezentos e cinquenta e quatro (8.354) metros quadrados.-----

-----Solicitando ainda o preço de venda metro quadrado de terreno e prazo de conclusão das obras de infraestruturas a realizar no Parque.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade manifestar a intenção de disponibilizar os lotes assim que estejam reunidas as condições legais para o efeito.-----

-----Não participou na apreciação e votação deste ponto a Senhora Vereadora Drª. Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

9.2.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – Cultura, desporto e natureza:-----

9.2.1.-XXVI Festa da Juventude/XVIII Feira das Associações:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta subscrita pelo Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira no âmbito da XXVI Festa da Juventude/XVIII Feira das Associações, a realizar de 10 a 14 de Agosto próximo, e na qual apresenta a proposta de programa global das seguintes atividades:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- Dia 10 de agosto (quarta-feira) _ Palco 2 – Filarmónica de Mortágua; Palco 1 – Miguel Araújo;-----

----- Dia 11 de Agosto (quinta-feira) _ Palco 2 – DayTy; Palco 1 – The Black Mamba;-----

-----Dia 12 de Agosto (sexta-feira)_ Palco 2 – Cordas Partidas; Palco 1 – Amor Eletro;-----

-----Dia 13 de Agosto (sábado) _ Palco 2 – Smoking Bear; Palco 1 – AGIR e DJ Filipe Matos.-----

-----16º. Grande Prémio de Ciclismo de Mortágua, Organização do Velo Clube do Centro;
VII- Torneio de Tiro aos Pratos de Mortágua – Campo de Tiro de Mortágua, Organização da Associação de Caça e Pesca de Mortágua.-----

-----Dia 14 de Agosto (domingo) _ Palco 2 – XXV Gala Internacional de Folclore, Organização do Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores; Palco 1 – Anjos.-----

-----Sendo o orçamento global previsto para a realização da Festa da Juventude no montante de noventa e oito mil duzentos e treze euros (98.213,00 €), assim discriminado: sessenta e seis mil quinhentos e vinte e dois euros (66.522,00 €) para espetáculos musicais; dezoito mil novecentos e quarenta e um euros (18.941,00 €) aluguer de palco, iluminação (palco 1 e 2 e som de rua) e Serviços de Segurança; quatro mil e trezentos euros (4.300,00€) Iluminação do interior das barracas e recinto; três mil euros (3.000,00 €) serviço de lavagem e distribuição de louça; duzentos e cinquenta euros (250,00 €) Alimentação Bandas de Mortágua; mil e quinhentos euros (1.500,00€) Sociedade Portuguesa de Autores; mil e quatrocentos euros (1.400,00 €) Flyers, outdoors, outra publicidade.-----

-----O Senhor Presidente informou que os procedimentos para a adjudicação das prestações de serviços inerentes à realização das Festas serão desenvolvidos no uso das suas competências próprias.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar de realização da XXVI Festa da Juventude/XVIII Feira das Associações, e o programa global das



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

respetivas atividades.-----

10.-ADMINISTRAÇÃO:-----

10.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2016:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de Financiamento não definido – vinte e cinco mil euros (25.000,00 €).-----

-----Anulação de Financiamento definido – quinze mil euros (15.000,00€).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la, ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

10.2. -MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2016:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d), do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de doze de setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – quinhentos e trinta mil euros (530.000.00 €).-----

-----Anulação despesas de capital – quinhentos e oitenta e cinco mil euros (585.000,00 €);-----

-----Reforço despesas correntes – cinquenta e cinco mil euros (55.000,00 €).-----

-----Anulação despesas correntes – zero euros (0,0 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Reunião.-----

10.3.-PRORROGAÇÃO POR MAIS SEIS MESES DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS DE RECRUTAMENTO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS (AVISO Nº. 12944/2015, DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª. SÉRIE, Nº.217, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2015):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a proposta relativa à prorrogação por mais seis meses do prazo para homologação da lista de classificação final dos procedimentos concursais comuns de recrutamento de assistentes operacionais abertos através do Aviso nº. 12944/2015, Diário da República, 2ª. Série, nº. 217, de 5 de novembro de 2015, e que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“Considerando que:-----

-----Na sequência da autorização concedida pela Assembleia Municipal de Mortágua, pela deliberação proferida na sessão de 25/09/2015, no uso da competência conferida pelo nº.2 do artº. 64º. Da Lei nº. 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015), na sequência da proposta que lhe foi apresentada pela Câmara Municipal de Mortágua, constante da deliberação proferida na reunião de 16/09/2015, foi autorizada a abertura dos seguintes procedimentos concursais comuns de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, postos de trabalhos não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Mortágua.-----

— Referencia A, proc. nº.1/2015 – cinco (5) postos de trabalho para a carreira/categoria de assistente operacional;-----

— Referência B, procº. nº. 2/2015 – três (3) postos de trabalho carreira/categoria de assistente operacional, área de atividade de cantoneiro de limpeza;-----

— Referência C, procº. 3/2015 – um (1) posto de trabalho carreira/categoria de assistente operacional, área de atividade de auxiliar de serviços gerais;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

— Referência D, proc.º. 4/2015 - um (1) posto de trabalho carreira/categoria de assistente operacional, área de atividade de operador de ETARs ;-----

-----Na sequência das autorizações concedidas pela Assembleia Municipal de Mortágua, a Unidade de Administração Geral encetou as diligências necessárias com vista ao cumprimento das mesmas, designadamente notificação dos júris designados, apoio ao júris na definição das matérias e parâmetros a avaliar nos métodos de seleção, elaboração dos avisos de abertura no Diário da República, na Bolsa de Emprego Público, em jornal de expansão nacional bem como na página do Município.-----

-----Após encetadas as diligências mencionadas no parágrafo anterior, os procedimentos concursais comuns de recrutamento foram publicitados na 2.ª série do Diário da República em 5 de novembro de 2015, através do aviso nº.12944/2015, tendo o período de aceitação de candidaturas decorrido até 19 de novembro de 2015.-----

-----Após decorrido o período de aceitação de candidaturas, procedeu-se à apreciação das mesmas, designadamente quanto à verificação da reunião pelos candidatos dos requisitos exigidos, sendo que foram apresentadas: 34 candidaturas ao proc. nº.1/2015 (Ref.º. A); 24 candidaturas ao proc.º. nº. 2/2015 (Referência B); 23 candidaturas ao proc.º. nº. 3/2015 (Referência C); 7 candidaturas ao proc.º. 4/2015 (Referência D).-----

-----Após se ter procedido à tramitação dos procedimentos a observar relativamente à exclusão de candidatos (audiência dos interessados e recurso hierárquico), foi aplicado do primeiro método de seleção, prova prática de conhecimentos, sendo que de seguida ainda têm de ser aplicados os métodos de seleção previstos, avaliação psicológica e entrevista profissional de seleção.-----

-----A homologação das listas de classificação final dos procedimentos concursais comuns de recrutamento/concurso externo de ingresso, cujas aberturas tenham ocorrido nos termos de autorização concedida ao abrigo do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aprovou a Lei de Orçamento de Estado para 2015 (LOE 2015), deve ocorrer no prazo de 6 meses a contar da data da deliberação da autorização concedida, ou seja, até 26 de março de 2016, sem prejuízo de ocorrer renovação, que deverá ser devidamente fundamentada, sendo nulas as contratações de trabalhadores efetuadas em violação do disposto no artigo mencionado, nos termos dos seus n.ºs 3 e 4.-----

-----Verifica-se a impossibilidade de homologação das listas de classificação final dos procedimentos concursais comuns de recrutamento mencionados até 25 de março de 2016, considerando que ainda somente foi aplicado um método de seleção aos candidatos aos citados procedimentos concursais comuns de recrutamento, faltando aplicar 2 métodos de seleção aos candidatos.-----

-----A situação descrita no parágrafo anterior ficou a dever-se à morosidade na resposta à notificação feita à entidade pública especializada (CEFA/DGA/INA), para averiguar da sua disponibilidade para aplicar o 2º. Método de seleção (Avaliação Psicológica), conforme o exigido nos termos da alínea a) do n.º.2 do artigo 10º. da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º. 145-A/2011.-----

-----De acordo com a resposta dada pelo INA, após consulta por escrito, pode agora a Câmara Municipal efetuar a aplicação do Avaliação Psicológica com recurso ao Técnico existente nos serviços do Município que detêm habilitação académica para o efeito, conforme do disposto na alínea b) do n.º. 2 do artigo 10º. da Portaria atrás referida.-----

-----Os pressupostos verificados aquando da autorização concedida pela Assembleia Municipal de Mortágua, pelas deliberações proferidas na sua sessão de 25 de setembro de 2015, na sequência das propostas apresentadas pela Câmara Municipal de Mortágua, constantes das deliberações proferidas na sua reunião de 16 de setembro de 2015, continuam a verificar-se integralmente à data.-----

-----Face ao exposto, encontra-se cabalmente fundamentada a impossibilidade da homologação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

das listas de classificação final dos procedimentos Referencia A, proc. nº.1/2015; Referência B, proc.º. nº. 2/2015; Referência C, proc.º. 3/2015; Referência D, proc.º. 4/2015 - ocorrerem no prazo de seis meses a contar da data das deliberações de autorização concedidas pela Assembleia Municipal de Mortágua na sua sessão de 25 de setembro de 2015, ou seja, até 25 de março de 2016, bem como o interesse em renovar aquela autorização, de forma a permitir a conclusão dos procedimentos.-----

-----Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, proponho à Câmara Municipal de Mortágua a prorrogação por mais seis meses do prazo para homologação da lista de classificação final dos procedimentos concursais comuns de recrutamento: — Referencia A, proc. nº.1/2015 – cinco (5) postos de trabalho para a carreira/categoria de assistente operacional; — Referência B, proc.º. nº. 2/2015 – três (3) postos de trabalho carreira/categoria de assistente operacional, área de atividade de cantoneiro de limpeza — Referência C, proc.º. 3/2015 – um (1) posto de trabalho carreira/categoria de assistente operacional, área de atividade de auxiliar de serviços gerais — Referência D, proc.º. 4/2015 - um (1) posto de trabalho carreira/categoria de assistente operacional, área de atividade de operador de ETARs, com aviso publicado no Diário da República sendo que, caso delibere favoravelmente, deverá propor à Assembleia Municipal que autorize a renovação por mais seis meses, a contar do dia 25 de março de 2016, o prazo para homologação da lista de classificação final daqueles procedimentos.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

10.4.-PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A DIREÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO E A CÂMARA MUNICIPAL PARA PRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA:-----

-----O Senhor Presidente para efeitos do nº. 2 do artigo 34º. do anexo à Lei nº. 75/2016, de 12



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de setembro, informou que procedeu à assinatura de Protocolo de Cooperação entre a Direção-Geral do Território e a Câmara Municipal que tem por objeto regular a cooperação a estabelecer nos seguintes aspetos:-----

-----a) Produção de cartografia digital 1:10 000;-----

-----b) Homologação da cartografia digital mandada produzir pela CMM à escala supra referida.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade ratificar o ato.-----

10.5.-REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS ARTIGO 18º. – FÓRMULA DE REPARTIÇÃO DE DERRAMA MUNICIPAL – CENTRO PRODUTORES – EDP –GESTÃO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA, S.A.:-----

-----No seguimento das deliberações tomadas nas Reuniões de Câmara de 21/05/2014 e 04/03/2015, pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 3723, de 24/03/2016, da Autoridade Aduaneira – Direção de Serviços do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, através do qual informa que, no seguimento do requerimento oportunamente remetido por este Município à Autoridade Tributária e Aduaneira nos termos do nº. 3 do artigo 18º. da Lei nº.73/2013, de 3 de setembro, com a redação dada pela Lei 82-D/2014, de 31 de dezembro, foi recentemente aprovada por Despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, do Ambiente e da Administração Local a fixação de uma fórmula específica de repartição de derrama municipal relativamente à atividade de exploração de centros electroprodutores desenvolvida pela EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A..-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

10.6.-ACIBA – RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS LEI Nº.144/2015:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 2016/ACIBA/001, dando conheci-



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

mento que a entrada em vigor da Lei nº. 144/2015, aprovou novo enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução alternativa (extrajudicial) de litígios de consumo em Portugal a Rede de Arbitragem de Consumo.-----

-----Esta nova lei entrou em vigor a 23 de março estabeleceu o dever de informação cujo cumprimento exigível para empresas fornecedoras de bens ou prestadoras de serviços ao consumidor final, podendo o incumprimento dar origem a avultadas coimas.-----

-----Na atual Rede de Centros de Arbitragem, o Distrito de Viseu não dispõe de qualquer Centro de Arbitragem e Conflitos de Consumo, tendo as empresas do Concelho de Mortágua, na sua generalidade que indicar como Centro de Arbitragem o CNIACC – Centro Nacional de Informação e Arbitragem e Conflitos de Consumo, em Lisboa.-----

-----Coimbra dispõe de um Centro de Arbitragem e Conflitos de Consumo de âmbito distrital disposto a acolher o Concelho de Mortágua, uma vez que este integra também a CIM de Coimbra.-----

-----No sentido de evitar que a resolução de eventuais conflitos, ocorridos no Concelho de Mortágua, tenha que ser feita através de uma entidade com sede em Lisboa, sugere enquanto Associação Empresarial que a Câmara, caso assim o entenda, manifeste junto Centro de Arbitragem e Conflitos de Consumo de Coimbra a vontade do Concelho de Mortágua aderir ao mesmo Centro de Arbitragem.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade manifestar interesse, devendo esta Câmara ser informada dos concretos termos de funcionamento e custas correntes, do que depende a adesão.-----

10.7.-ALINEAÇÃO PELO MUNICÍPIO DO CARREGAL DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE MUNICÍPIA, EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 00815, de 10 de março findo, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Carregal do Sal a informar que é acionista da Sociedade Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM S.A. , titular de cinco (5.000) ações no valor nominal de vinte e quatro mil novecentos e cinquenta euros (24.950,00 €), que representam um por cento (1%) do capital social da referida empresa.-----

-----Tendo em vista, a reorganização do setor empresarial local e uma vez que o Município do Carregal do Sal não tem adjudicado quaisquer com a empresa em causa, é intenção daquele Município proceder à alienação integral da participação social detida na empresa Sociedade Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informações, EM, S.A. pelo valor nominal indicado.-----

-----Assim, solicita que o Município de Mortágua manifeste, querendo o interesse na aquisição da totalidade daquela participação social.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade não ter interesse na referida aquisição.-----

11.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

11.1.-PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----

11.1.1.-Proc.ºs de José Maria Ferreira Lourenço:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes:-----

-----a) O processo nº. 10.2016.14 de José Maria Ferreira Lourenço, na qualidade de cabeça de casal da Herança por óbito de Mário Lourenço da Costa, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Espinho, com o artigo 12173 no local denominado “Vale de Gatanho”, com a área de 0,300000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de: Manuel Luis Ferreira Lourenço, metade (½); Cidália



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Tomás Lourenço, metade ($\frac{1}{2}$).-----

-----b) O processo nº. 10.2016.15 de José Maria Ferreira Lourenço, na qualidade de cabeça de casal da Herança por óbito de Mário Lourenço da Costa, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Espinho, com o artigo 12091 no local denominado “Cabril”, com a área de 0,148000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de: José Maria Ferreira Lourenço, um terço ($\frac{1}{3}$); Manuel Luis Ferreira Lourenço, um terço ($\frac{1}{3}$); Cidália Tomás Lourenço, um terço ($\frac{1}{3}$).-----

-----c) O processo nº. 10.2016.16 de José Maria Ferreira Lourenço, na qualidade de cabeça de casal da Herança por óbito de Mário Lourenço da Costa, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Espinho, com o artigo 11971 no local denominado “Quinta da Moura”, com a área de 0,600000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de: José Maria Ferreira Lourenço, um terço ($\frac{1}{3}$); Manuel Luis Ferreira Lourenço, um terço ($\frac{1}{3}$); Cidália Tomás Lourenço, um terço ($\frac{1}{3}$).-----

-----d) O processo nº. 10.2016.17 de José Maria Ferreira Lourenço, na qualidade de cabeça de casal da Herança por óbito de Mário Lourenço da Costa, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Espinho, com o artigo 11917 no local denominado “Pinhal”, com a área de 1,5000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de: José Maria Ferreira Lourenço, um terço ($\frac{1}{3}$); Manuel Luis Ferreira Lourenço, um terço ($\frac{1}{3}$); Cidália Tomás Lourenço, um terço ($\frac{1}{3}$).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----e) O processo nº. 10.2016.18 de José Maria Ferreira Lourenço, na qualidade de cabeça de casal da Herança por óbito de Mário Lourenço da Costa, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Espinho, com o artigo 11934 no local denominado “Quinta da Moura”, com a área de 1,700000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de: José Maria Ferreira Lourenço, um terço (1/3); Manuel Luis Ferreira Lourenço, um terço (1/3); Cidália Tomás Lourenço, um terço (1/3).-----

-----f) O processo nº. 10.2016.19 de José Maria Ferreira Lourenço, na qualidade de cabeça de casal da Herança por óbito de Mário Lourenço da Costa, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Espinho, com o artigo 9477 no local denominado “Tojeiras”, com a área de 0,0750 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de: Manuel Luis Ferreira Lourenço, metade (1/2); Cidália Tomás Lourenço, metade (1/2).-----

-----g) O processo nº. 10.2016.20 de José Maria Ferreira Lourenço, na qualidade de cabeça de casal da Herança por óbito de Mário Lourenço da Costa, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Espinho, com o artigo 9478 no local denominado “Tojeiras”, com a área de 0,1450 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de: Manuel Luis Ferreira Lourenço, metade (1/2); Cidália Tomás Lourenço, metade (1/2).-----

-----h) O processo nº. 10.2016.21 de José Maria Ferreira Lourenço, na qualidade de cabeça de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

casal da Herança por óbito de Mário Lourenço da Costa, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Espinho, com o artigo 12038 no local denominado “Grotta”, com a área de 0,600000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de: José Maria Ferreira Lourenço, um terço (1/3); Manuel Luis Ferreira Lourenço, um terço (1/3); Cidália Tomás Lourenço, um terço (1/3).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão, de acordo com o parecer técnico exarado nos processos.-----

11.2.-PROCESSOS DE EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

11.2.1.-Procº. nº.8/2015/1, sito na Rua de Santa Luzia , Freixo, Mortágua:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 20/05/2015, pelo Senhor Presidente foi presente o Processo Nº. 08/2015, de edificação em mau estado de conservação sito na Rua de Santa Luzia, Freixo, Mortágua, de propriedade de Maria Olinda Gonçalves Barbosa, residente na Av. Dr. José Assis e Santos, nº 6, Mortágua, acompanhado do seguinte Parecer Técnico emitido, em 23/3/2016, pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território:-----

-----“Pela informação dos Serviços de Fiscalização Municipal de 18/03/2016 (fls.25 e 26), a proprietária nunca deu cumprimento às decisões da Autarquia deixando caducar os prazos previamente acordados para proceder às intervenções propostas no Auto de vistoria (fls. 15) de 18/03/2015 e Parecer Técnico de 28/08/2015 (fl.24).-----

-----Mantêm-se a situação de insegurança, perigosidade, insalubridade e risco de incêndio pelo que se propõe novamente a aplicação urgente da legislação em vigor constante do D.L. nº.555/99, alterado pelo DL nº.136/2014 no seu artigo 91º. – posse administrativa e obras coercivas.”-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade notificar a proprietária para informar o que tiver por conveniente relativamente ao não cumprimento do prazo que a seu pedido lhe foi fixado para a realização dos trabalhos, sob pena de ser dado início ao procedimento para a tomada de posse administrativa e realização das obras coercivas, cujo custos terá que suportar.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Nicando Pandal

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----